

Mário Schenberg

Ele é apenas mais um dos intelectuais afastados compulsoriamente da vida universitária brasileira. E que continua produzindo: de 1969 para cá já publicou três trabalhos teóricos em sua área — a Física — é membro da Sociedade Brasileira de Física e viaja anualmente para o exterior participando de congressos e seminários, coisa que não pode fazer aqui. Ainda tentou lecionar depois de aposentado — foi professor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas até 1970, mas a partir daí foi impedido de ensinar ou de participar de qualquer atividade na Universidade.

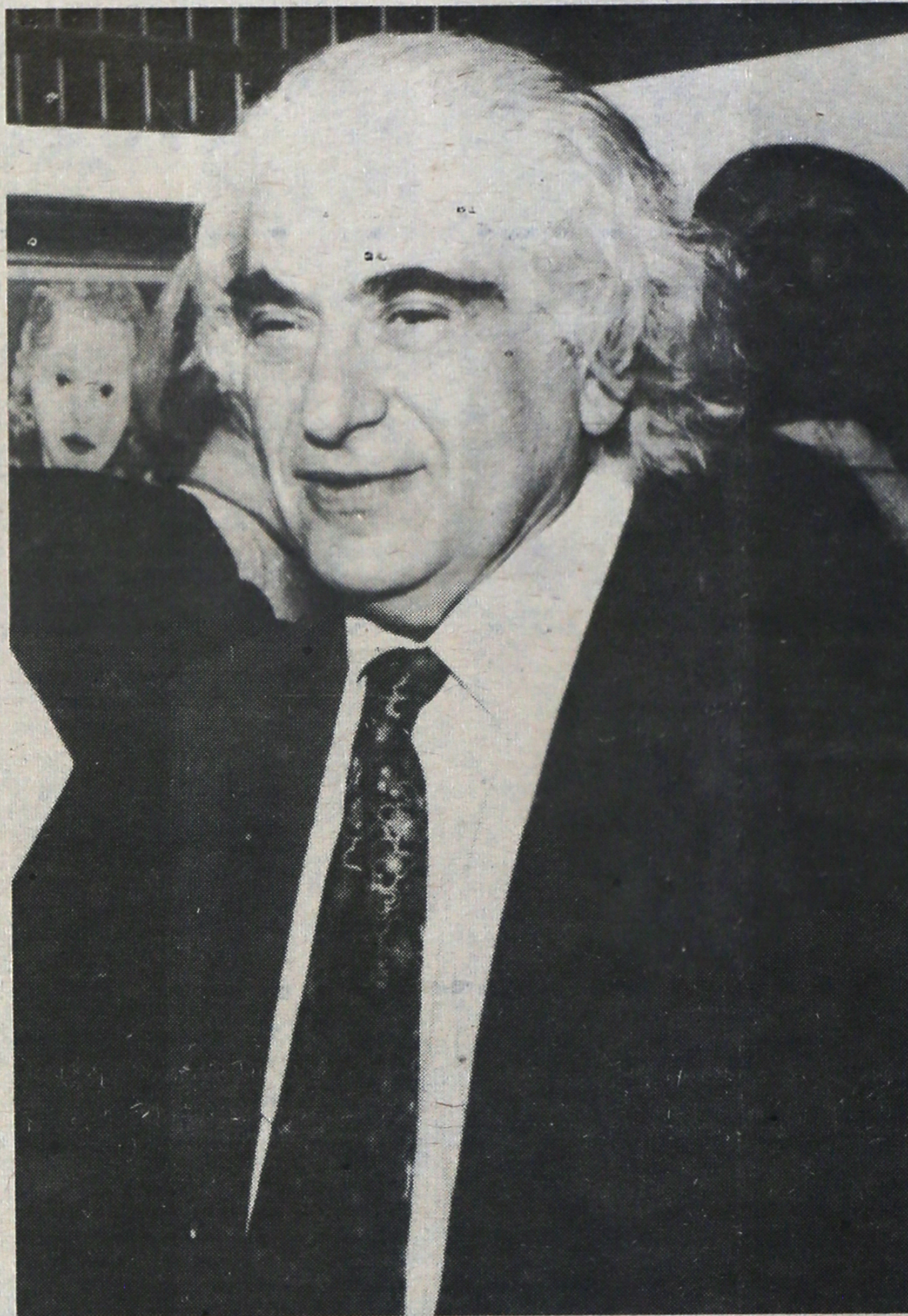
Paradoxalmente, Mário Schenberg pode ser considerado um dos mais brilhantes cientistas brasileiros, um dos que maiores contribuições prestou para o desenvolvimento da pesquisa em Física no País e fora dele. Pernambucano de 61 anos, ele foi professor da USP desde 1936, além de membro da Academia de Ciência do Estado de São Paulo e da Academia de Ciências do Rio de Janeiro. Só para citar alguns exemplos, Mário Schenberg trabalhou em colaboração com Frederico Curie em 1939, no College de France, onde montaram a 1.^a pilha atômica francesa. No Institute for Advanced Studies em Princeton, EUA, teve contato profissional com Einstein, W. Pauli e Wheeler, e propôs aí a idéia de "interações sem conservação de paridade", que no campo da Física Atômica foi desenvolvida 20 anos depois por três cientistas chineses, valendo-lhes o Prêmio Nobel. Trabalhou em 1942 no Observatório Astronômico de Chicago com o astrofísico indiano Chandra Sekhar, junto com quem desenvolveu uma teoria explicando o que aconteceria quando o hidrogênio se acabasse no centro do sol. No Brasil, foi diretor do então Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1953 a 1961 e instalou em São Paulo o primeiro laboratório de física do estado sólido.

Mas é também homem de outros interesses. Cita particularmente a arte e a política. A partir de 65, foi eleito três vezes como membro do júri da bienal. Sua casa, literalmente atulhada de quadros, livros e gatos (!), reflete um pouco da personalidade de Mário Schenberg que fala andando pelo escritório de olhos fechados e um enorme charuto na boca — como quem está para receber a qualquer momento o espírito de Copérnico ou de Galileu.

P — Seria indiscrição perguntar porque um cientista como você foi aposentado pelo AI-5?

Bom, não foi bem pela minha atividade científica. Eu sempre fui conhecido como uma pessoa de oposição, tive muita participação política e provavelmente foi por isso, mas eles nunca explicam exatamente as razões. A aposentadoria dos professores é regulamentada por um ato complementar drástico que não nos permite trabalhar mais em quase nada: não podemos mais trabalhar em nenhuma universidade do País, ou em organizações particulares que recebem auxílio do governo. Assim, não temos mais acesso a laboratórios e bibliotecas, não podemos mais assistir seminários, participar de debates, etc, promovidos dentro dessas instituições. O que posso fazer é escrever, viajar — todo ano passo uns meses fora do Brasil — muito pouca coisa. Mas eu não parei de trabalhar por isso.

P — Você tem acompanhado a Universidade brasileira há mais de 40 anos. Como têm sido as relações entre os intelectuais e o Estado neste período?



A USP foi a primeira Universidade brasileira, ela é de 1934. Antes de sua criação o País já tinha uma certa tradição em pesquisa biológica: é só lembrar Osvaldo Cruz, o Instituto Manguinhos do Rio, o Butantã, o Instituto Biológico, etc. Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e depois da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, se intensificou a pesquisa nas áreas de Ciências Exatas — Física, Matemática, etc. De lá pra cá eu diria que as coisas se intensificaram, o número de pesquisadores aumentou, mas houve muitas flutuações nesses 40 anos. Muita gente indo para o exterior por falta de condições de trabalho, por motivos políticos ou pela erosão dos salários. Muita gente foi embora antes de 64 por causa daquela inflação brava, voltou em 64 e tornou a ir embora em 68... voluntária ou compulsoriamente. Acho que hoje, com a nova inflação, deve estar havendo nova emigração de cientistas. Além disso, no caso específico das ciências exatas, a restrição tecnológica é imensa. Faltam equipamentos, instrumentos de pesquisa e trabalho.

Claro que as relações entre os intelectuais e o Estado são melhores nos períodos de maior liberdade no País. Por exemplo, de 45 a 64 aqui. No início do Governo Costa e Silva essas relações também melhoraram, para em seguida se deteriorarem. Mas não é só a falta de liberdade política que prejudica o trabalho do cientista. Como eu falei, há muito descontentamento por causa da

erosão* de salários. Na USP, do ano passado para cá os salários aumentaram só de 25%, e mesmo assim não se pagou aumento desde janeiro — só a partir de março. Isso acaba motivando a mobilização dos professores: a ADUSP (Associação dos Docentes da USP) foi criada e logo começou a atuar na defesa salarial. Com a inflação, se reduz também a verba de pesquisas para a Universidade.

Outro problema sério que os professores enfrentam: aumentou muito o número de alunos nas universidades, as tarefas de ensino são cada vez maiores e a Universidade não tem professores para manter o nível de antes. Na verdade a Universidade não consegue nem deter a evasão dos professores que ela forma para a indústria ou empresas estatais onde a remuneração é melhor. O antigo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) paga melhor seus funcionários que a USP. Um engenheiro recém-formado pela Poli vai para a indústria ganhando de cara o que ganharia no fim de uma carreira universitária. A Universidade não é um mercado atraente, no Brasil. Antigamente havia aqui a tradição, desde o Império, dos vencimentos dos professores de nível superior serem iguais aos dos desembargadores. Hoje, não tem nada a ver.

P — A chamada democratização do ensino tem uma perna mais curta que a outra...

É, foi uma democratização acompanhada da quebra de qualidade. Aconteceu no ensino superior o que já

havia acontecido no secundário — uma expansão súbita acompanhada da deterioração da qualidade.

P — Você deve ter acompanhado também a evolução da SBPC, criada alguns anos depois da USP. De uns anos pra cá a SBPC deixou de ser de interesse restrito dos cientistas e passou a chamar a atenção de muita gente. O que houve?

A SBPC não é uma organização de pesquisa, e também não é uma academia, de debate interno exclusivamente. É uma sociedade de discussão científica, de publicação de trabalhos, que tem como função relacionar o mundo científico com o resto da sociedade. Sua atividade mais importante são as reuniões anuais, de apresentação de trabalhos, onde se mostra muita pesquisa mais técnica, em que o público não tem maior interesse, mas que tem também a parte das discussões de problemas sociais mais gerais. Essas discussões mais amplas não são novidade, não. Elas são feitas há muitos anos no Brasil. Por exemplo: no início do governo Juscelino, os cientistas se reuniram para discutir os problemas atômicos no País. Foi uma reunião importante porque influenciou na decisão do governo quando à legislação sobre minérios atômicos — na época, o problema era da exportação de areias monazíticas. O governo proibiu a exportação de minérios atômicos por causa dos resultados dessa reunião.

Nos últimos anos, a SBPC também debateu o problema nuclear brasileiro. O que houve é que a SBPC, que foi fundada principalmente por biólogos, começou a ter participação cada vez maior de outras áreas e ao mesmo tempo se criaram novas sociedades especializadas que se reúnem junto à SBPC anualmente. A reunião passou a incluir também trabalhos nas áreas de Ciências Humanas, e naturalmente isso atrai mais gente. Em Brasília no ano passado foram debatidos o problema das multinacionais, do índio, da educação, etc. Isso traz certa exaltação de ânimos, muita participação de estudantes, muito espaço nos jornais...

P — Você contou um episódio do governo Kubitschek, interessante. Hoje, qual o peso da opinião dos cientistas nas decisões do governo?

Sei que os cientistas foram pouco ouvidos na questão do acordo nuclear, por exemplo. As decisões foram tomadas por tecnocratas, os cientistas pouco ou nada participaram. Eles receiam que, da maneira como o acordo nuclear se encaminha, o Brasil não vai chegar a adquirir tecnologia atômica, só instalações. A crítica dos cientistas aos tecnocratas é justamente que eles são economistas que vêm as questões apenas do ponto de vista econômico sem entender a questão tecnológica em sua complexidade. O exemplo da indústria automobilística brasileira é típico: ela cresceu muito e muito rapidamente, sustentou em parte o desenvolvimento econômico e no entanto não se pode dizer que o Brasil desenvolveu tecnologia nessa área. Não se desenvolveu pesquisa científica nem planificação porque as multinacionais não têm interesse nisso. Então, não há desenvolvimento tecnológico e sim importação de instalações.

Por essas razões, cientistas e técnicos querem participar das discussões do acordo atômico para que o País adquira realmente know-how e não só equipamentos. Alguns brasileiros foram enviados à Alemanha agora, mas muito menos gente do que o necessário para estudar o problema. Isto ocorre em todos os setores de tecnologia estrangeira no Brasil, porque as em-

“A Ciência, na história, parece que sempre ameaçou a autoridade”

presas estrangeiras não têm interesse em desenvolver a pesquisa tecnológica aqui — fazem lá, e mandam pronto pra cá.

P — E a Universidade como centro de produção científica e cultural, onde é que entra nisso?

Ela procura participar mas não tem muita condição, porque o controle do nosso desenvolvimento tecnológico está nas mãos das multinacionais.

Não precisa nem chegar na Universidade: a Petrobrás, que é uma grande empresa estatal, também não tem brilhado muito em termos de desenvolvimento tecnológico, não. O Brasil paga royalties por coisas obsoletas, ridículas. Ficamos fabricando fuscas que nem se fabricam mais fora do País, que são ultrapassados na Alemanha e a gente fabrica e vende aqui. As despesas com royalties chegam às raias do absurdo.

P — Sem contar a dependência que isso traz...

É claro, assim se impede a autonomia do desenvolvimento econômico, o País não consegue criar aqui a solução para seus problemas.

P — ... Então, o debate tecnológico é um debate político.

Toda a grande questão é política, principalmente numa época em que o Estado intervém na produção de conhecimentos (que é uma característica da nossa época), de maneira que todas as questões científicas e culturais adquirem caráter político. Não se separa questões políticas de questões administrativas. A importância crescente do Estado na vida do País deveria ser acompanhada do debate público das questões mais importantes deste País — no nosso caso o petróleo, o acordo atômico, etc.

P — Numa situação dessas, qual é o papel do cientista em relação ao Estado?

Hoje em dia, frequentemente o cientista é um funcionário do governo. Aqui no Brasil, mais do que em outros países, está havendo muita confusão entre o verdadeiro cientista, o técnico e o tecnocrata. E realmente os que têm tomado decisões mais importantes são os tecnocratas — no Brasil, principalmente economistas. Cresceu muito a importância da tecnocracia de 64 pra cá, eles têm tido maior parte do poder atualmente. No campo industrial, isto tem despertado a insatisfação até de empresários. Os cientistas não são ouvidos em questões científicas. Os empresários não são ouvidos em questões econômicas, e assim por diante. Se já há dúvidas até sobre o acerto da política econômica no País — e olhe que a maioria desses tecnocratas são economistas! — ainda mais sobre problemas tecnológicos. Se fossem ouvidos os verdadeiros técnicos, estes problemas não teriam se agravado tanto em várias áreas: estradas de ferro, minérios, índios, poluição, e tantos outros.

P — Mas se teria sido tão mais eficaz ouvir os técnicos e cientistas, então porque este medo que o Estado tem deles? Por que este esforço para afastá-los dos centros de decisão?

Não são só os cientistas que são afastados. Isso ocorre com outras categorias de técnicos: médicos, engenheiros, agrônomos. Há uma dominância de tecnocratas em todos os setores, e eles são mal assessorados. O governo está com mania de auto-suficiência, acha que pode resolver tudo sem ouvir ninguém. Se as soluções estivessem sendo encontradas, não haveria tanta insatisfação em todos os setores. Essa in-



satisfação não é só dos cientistas, é um problema que está por aí.

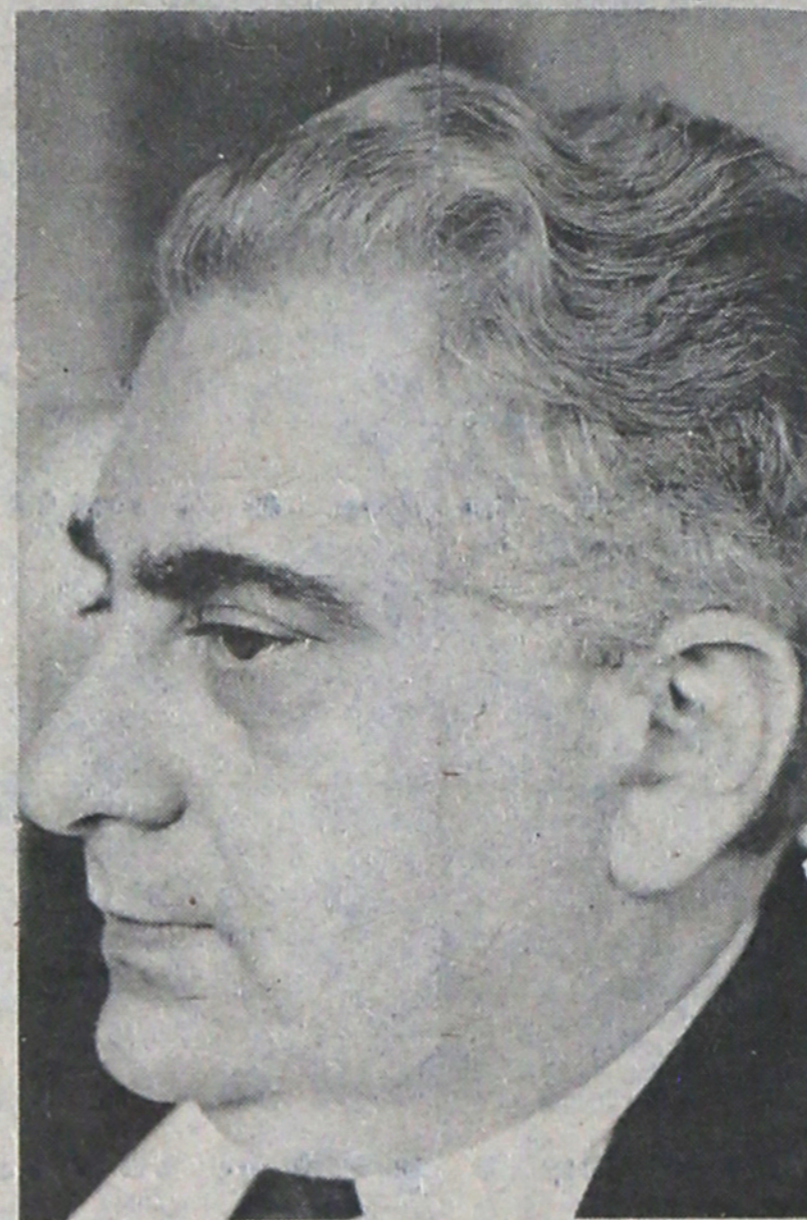
Pode ser que essas tendências sejam muito antigas, mas na medida em que se aprofunda a ação do Estado, cresce a tendência à auto-suficiência. No fundo, é uma espécie de burocratização da tomada de decisão. Não é um fenômeno exclusivamente brasileiro essa concentração do poder pela burocracia estatal. Agora, é engraçado que as populações vão encontrando formas paralelas de interferir nas decisões. Veja a importância crescente dos movimentos em defesa da ecologia. Essa “tomada de consciência ecológica”, nos países industrializados leva a uma série de manifestações políticas do povo, passando por cima de partidos, parlamentos, etc. Nos Estados Unidos e na Alemanha por exemplo várias instalações nucleares foram impedidas por ações espontâneas da população — e isso em países democráticos, onde haveria canais institucionais para essas manifestações.

P — É como se estas instituições criadas para absorver as manifestações populares fossem se emperrando, e a população começasse a atuar fora delas?

É, as pessoas vão se manifestando por conta própria. No Japão por exemplo, os estudantes e a população de Tóquio estão conseguindo deter a inauguração do aeroporto novo de lá, que já está pronto mas não dá para ser usado porque a população não deixa! Tudo isso porque essa burocratização muito grande torna os órgãos de decisão impermeáveis à população e esta, quando se sente lesada, começa a se manifestar espontaneamente, sem contar mais com esses órgãos de decisão, mesmo quando eles são democráticos. Dou o exemplo de manifestações sobre ecologia porque essa “consciência ecológica” tem se espalhado rapidamente, já que se refere a problemas que tocam e ameaçam qualquer cidadão.

P — Ela inclusive não pressupõe qualquer nível maior de consciência política.

Pode ser. Mas a necessidade de manifestação se dá quando os partidos deixam de representar as aspirações da população. Na Alemanha, acham que a discussão nuclear no parlamento foi superficial, insatisfatória, e a população resolveu agir por si. Na Suécia o Partido Socialista que estava no poder há uns quarenta anos foi derrotado nas últimas eleições parece que porque não tomou posição contra a



construção de novas usinas atômicas — o Partido Liberal fez isto, e ganhou.

P — Mas mesmo este tipo de participação exige então muita informação por parte da população. Mesmo em questões imediatas, se o debate científico é feito em cúpulas fechadas, se a população não sabe o que se passa, como pode se posicionar, ter clareza de que as soluções encaminhadas pelo governo não são satisfatórias?

Você veja: os tecnocratas vêem os problemas do País em termos de PNB. Ora, o PNB pode crescer sem corresponder a uma melhoria das condições de vida do povo. Até economistas conservadores como o Samuelsen nos EUA já admitiram isso. Os tecnocratas não vêem isso porque seus critérios se baseiam em índices cujo sentido é muito discutível. Nos Estados Unidos economistas da Universidade de Yale resolveram fazer uma experiência e empregaram outros índices que não o PNB para avaliar o progresso e concluíram que de 1930 pra cá não houve nenhuma melhoria na qualidade de vida da população! Depois fizeram um inquérito popular e a maioria dos consultados confirmou o fato: as condições de vida pioraram desde 1930, e isso com todo o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.

Então os tecnocratas tendem a se basear em certos números cuja significação é muito discutível. O número de estudantes universitários aumentou muito no Brasil, mas daí não dá pra se concluir que a cultura e a ciência

brasileiras foram beneficiadas, já que a qualidade do ensino piorou tanto. Há uma diferença entre o mundo real e o mundo fictício das estatísticas. Se os estudantes saem quase analfabetos da Universidade, se há um verdadeiro comércio de diplomas no País, no que melhorou a situação do ensino superior?

Como o mundo moderno é muito complexo e difícil de ser entendido, criam-se fábulas como esta, da veracidade dos índices estatísticos. Mas na verdade faltam inclusive instrumentos conceituais, para uma análise da realidade. Se você quiser, pode dizer que este fenômeno que vivemos agora é o da decadência da cultura ocidental. A industrialização por si só não melhora a qualidade de vida. Estive recentemente no Paquistão. Lá a industrialização teve um surto recente, muitas fábricas se abriram, etc, mas o povo estava tão descontente que as últimas eleições foram invalidadas, houve conflitos com muitos mortos nas ruas, tudo porque essa industrialização na verdade não estava beneficiando ninguém, só talvez um certo grupo dirigente.

Por essas e outras é que realmente é preciso escutar o interessado: o camponês, o operário, o empregado assalariado, pois cada um sabe muito bem onde lhe aperta o calo.

P — Então retomando o fio da meada: por que razão uma reunião como esta da SBPC é encarada pelo governo como uma ameaça?

De certa forma, ela é o único fórum onde os cientistas podem debater hoje os grandes problemas nacionais, podem dizer o que pensam sobre uma série de coisas, e isso é importante. Se já foi importante no passado, como eu contei, pode ser importante agora. Reuniões como esta, em que problemas nacionais são debatidos a fundo deveriam ser bem recebidas pelo governo, pois lhe permitem obter informações concretas sobre a realidade. É necessário, indispensável, que haja conhecimento da realidade por parte do governo e da população. O governo deveria ser o principal interessado em conhecer e debater os problemas do País. Agora, parece que é próprio da psicologia das autoridades este fenômeno, quase universal: as autoridades não gostam de ser criticadas, gostam só de serem elogiadas. Mas as autoridades inteligentes, mesmo não gostando, devem entender que é mais útil receber uma crítica do que um falso elogio, porque a crítica permite correções, permite evitar erros. A liberdade de crítica é uma das formas de correção ou prevenção de erros, e a crítica pode servir para prevenir consequências catastróficas de determinadas atitudes que, se apontadas em tempo, podem ser evitadas.

Mas mesmo assim, a Ciência, na história, parece que sempre ameaçou as autoridades, com sua postura crítica e ao mesmo tempo inovadora.

Galileu teve que negar que a terra se movia em torno do sol para não contrariar os dogmas da Igreja, dominantes na época. Então ele renegou publicamente suas descobertas, mas depois disse — “Eppur si muove”. Quer dizer, que não dependia da vontade dele, a realidade é a realidade e mais cedo ou mais tarde se tem que tomar consciência dela. Ela pode ser escondida mas nem por isso deixa de ser como é. Afinal, a terra e o sol continuaram em seus lugares e estavam pouco ligando para os dogmas da Igreja Católica.

Maria Rita Kehl